

MOVIMENTO SEDICIOSO: A INSURREIÇÃO TENENTISTA DE 1924 NO RIO GRANDE DO SUL

SEDITIONOUS MOVEMENT: THE TENENTIST INSURRECTION OF 1924 IN RIO GRANDE DO SUL

Amilcar Guidolim Vitor¹

RESUMO

O surgimento do movimento tenentista na década de 1920 fez com que oficiais de baixa patente do Exército brasileiro passassem a contestar a estrutura política da Primeira República (1889-1930). Nos anos de 1922 e 1924, insurreições armadas lideradas por esses militares fizeram oposição à presidência da República e tiveram influência sobre o desgaste do sistema implantado em 1889. Neste contexto, o artigo trata sobre os desdobramentos destas insurreições detendo-se especialmente nos acontecimentos que se desenvolveram no Rio Grande do Sul, a partir de outubro de 1924. Para tanto, recorremos a fontes escritas, como jornais e relatórios de inquéritos policiais, no sentido, de expor e analisar como o movimento rebelde foi desencadeado no estado, como se deu a participação de militares e civis, assim como a insurreição foi representada, seja pelos veículos de comunicação ou pelas autoridades ligadas aos governos federal e estadual.

Palavras-chave: Tenentismo. Insurreição. Militares. Civis.

ABSTRACT

The emergence of the tenentista movement in the decade of 1920 caused that low rank officers of the Brazilian Army began to contest the political structure of the First Republic (1889-1930). In 1922 and 1924 armed insurrections led by these soldiers opposed the presidency of the Republic and had an influence on deterioration of the system implanted in 1889. In this context, the article deals with the unfolding of these insurrections, focusing especially on the events that developed in Rio Grande do Sul from October 1924. For this we use written sources, such as newspapers and reports of police inquiries, in order to expose and analyze how the rebel movement was unleashed in the state, as did the participation of the military and civilians, just as the insurrection was represented, either by the media or by the authorities linked to the federal and state governments.

Keywords: Tenentismo. Insurrection. Military. Civilians.

1 Licenciado em História pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI - Campus Santo Ângelo; Mestre em Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Santa Maria; Doutorando em História na linha de pesquisa de Memória e Patrimônio no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria; Professor do Departamento de Ciências Humanas da URI - Campus Santo Ângelo.

INTRODUÇÃO

O início da década de 1920 no Brasil foi marcado pelo surgimento do movimento tenentista², no corpo institucional das Forças Armadas, a qual se tornou protagonista dos desdobramentos políticos do país desde a Proclamação da República em 1889. Durante a campanha das eleições presidenciais de 1922, parte da oficialidade do Exército, principalmente, oficiais de baixa patente como tenentes e capitães, se articularam em oposição à candidatura de Artur Bernardes a presidência da República.

Desta forma, o episódio das cartas falsas³ em outubro de 1921 mexeu com os bríos desses oficiais que acreditavam em um poder regenerador dos militares frente ao poder civil, reivindicando a moralização da política brasileira. Entretanto, essa oposição não impediu a vitória de Bernardes no pleito realizado em março de 1922, dando continuidade a política dos governadores⁴.

Em julho do mesmo ano, o levante no Forte de Copacabana no Rio De Janeiro, deu início a uma série de rebeliões tenentistas em oposição à

2 O movimento tenentista se desenvolveu principalmente a partir de 1922 em oposição aos governos dos presidentes Epitácio Pessoa e, posteriormente, Artur Bernardes. Levava esta denominação pelo fato de seus participantes serem, em sua maioria, tenentes e capitães do Exército (PRESTES, 1997, 69). Para Borges (1992, p. 20), a designação de ‘tenentes’ surge em 1931, quando o termo ‘tenentismo’ se generaliza, referindo-se a uma “corrente”, um “partido dos tenentes”, que é visto como muito forte na cena política.

3 Esse episódio é amplamente tratado por Hélio Silva (1964). Em outubro de 1921 o jornal *O Correio da Manhã* divulgou duas cartas atribuídas ao candidato à presidência Artur Bernardes endereçadas ao senador Raul Soares. A primeira carta datada de 3 de junho de 1921 era a mais ofensiva em relação aos membros das Forças Armadas, especialmente ao marechal Hermes da Fonseca, demonstrando irritação com o jantar oferecido pelo marechal em ocasião do lançamento de sua candidatura a presidência da República. O jantar era classificado por Bernardes como uma orgia. Também se referia ao marechal como “sargento sem compostura” e que o militar precisava de uma reprimenda. Em um dos trechos lia-se: “[...] Veja se o Epitácio mostra agora a sua apregoada energia punindo severamente esses ousados, prendendo os que saíram da disciplina e removendo para bem longe esses generais anarquizadores. [...] A situação não admite contemporizações, os que forem venais, que é quase a totalidade, compre-os com todos os seus bordados e galões” (SILVA, 1964, p. 61).

4 “Arranjo político organizado a partir da presidência de Campos Sales (1898-1902), o qual buscava reduzir ao máximo as disputas políticas no âmbito de cada Estado prestigiando os grupos mais fortes, estabelecendo um acordo entre a União e os Estados, buscando por fim à hostilidade existente entre Executivo e Legislativo domesticando a escolha dos deputados. O governo central sustentaria os grupos dominantes nos Estados, enquanto estes, em troca, apoiariam a política do presidente da República” (FAUSTO, 1999, p. 259).

estrutura governamental do país, especialmente, a presidência da República, passando por outras duas insurreições, uma em julho de 1924, em São Paulo, outra em outubro do mesmo ano, no Rio Grande do Sul. Tais movimentos deram origem em 1925 à marcha da Coluna Prestes que percorreu mais de vinte mil quilômetros pelo interior do Brasil na tentativa de depor o presidente Bernardes.

Após o segundo levante tenentista, iniciado em 5 de julho de 1924 em São Paulo, o Rio Grande do Sul também se articulou em torno de uma rebelião armada contra o governo federal. Lideranças tenentistas como Luiz Carlos Prestes, Antônio de Siqueira Campos, Juarez Távora e João Alberto Lins de Barros sublevaram quartéis do estado dando início a uma movimentação rebelde que contou com a adesão de civis ligados a Aliança Libertadora⁵.

Essa tal adesão está intimamente ligada aos conflitos políticos internos que o estado vivia desde o resultado das eleições estaduais de 1922 que reelegeram o presidente do Estado Borges de Medeiros para um quinto mandato, o terceiro consecutivo, culminando com os conflitos armados, que se desenrolaram durante o ano de 1923.

Nossa proposta é expor e analisar a atuação dos militares oriundos do movimento tenentista, assim como a participação de civis ligados a Aliança Libertadora na insurreição iniciada no Rio Grande do Sul a partir de 28 de outubro de 1924, tendo como fonte as notícias veiculadas pela imprensa a partir dos jornais *Correio do Povo*⁶, de Porto Alegre e *Correio da Serra*⁷, de Santa Maria, assim como um relatório do inquérito policial da Chefatura de Polícia do Estado⁸, tendo em vista verificar como o movimento foi representado pelas autoridades.

Essa análise faz parte da pesquisa de doutorado intitulada “A Coluna Prestes 60 anos depois: disputas em torno do passado e construção do patrimônio cultural na região das missões do Rio Grande do Sul”, desenvolvida na linha de pesquisa de memória e patrimônio no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria.

5 Grupo político de oposição ao governo do presidente do Estado Borges de Medeiros. Reunia federalistas, democratas e republicanos dissidentes, como João Batista Luzardo, Plínio Casado, Augusto Simões Lopes Filho e Raul Pilla. A liderança do grupo era representada por Joaquim Francisco de Assis Brasil, candidato a presidente do Estado nas eleições de 1922 e derrotado por Borges de Medeiros (MAESTRI, 2010, p. 302).

6 Disponíveis no acervo do arquivo do jornal *Correio do Povo* em Porto Alegre/RS.

7 Disponíveis no acervo do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria/RS.

8 Disponíveis no acervo do Arquivo da Justiça Federal – Seção Rio Grande do Sul em Porto Alegre/RS.

1 As rebeliões tenentistas de 1922 no Rio de Janeiro e 1924 em São Paulo

O fim da monarquia e a Proclamação da República em 1889 significou para o Exército uma nova perspectiva em relação ao papel desempenhado pela instituição e seus membros na sociedade que se organizava a partir da década de 1890. A oposição construída contra a autoridade monárquica fortaleceu o espírito militar de que a nova ordem política significaria o protagonismo que ansiavam desde a Guerra do Paraguai.

Apesar de a condução dos destinos políticos do país ter sido retomada pelos civis a partir de 1894, a presença do Exército em eventos marcantes da Primeira República seria uma constante, algo que estava também relacionado à reorganização da formação intelectual e profissional desses militares, primeiro na Escola Militar da Praia Vermelha, depois na Escola Militar do Realengo.

A historiografia do tenentismo produziu algumas linhas interpretativas sobre o que teria sido predominante para a sublevação dos jovens oficiais a partir de 1922, se sua origem social, oriunda das camadas médias urbanas, que necessitavam de representatividade frente às oligarquias dominantes da República⁹; se sua condição na estrutura estatal enquanto membros das Forças Armadas, produzindo uma espécie de identidade militar habilitada a intervir politicamente frente aos desmandos dos condutores dos destinos republicanos¹⁰; ou se ambas as linhas interpretativas, visavam evitar a construção de uma concepção totalizadora acerca do que motivou os tenentes a intervirem a partir de 1922¹¹.

9 Essa linha interpretativa ganhou força a partir da obra *O sentido do Tenentismo*, de Virgínio Santa Rosa, publicada em 1933. Para o autor, os tenentes eram oriundos das camadas médias urbanas e encarnavam os anseios e o mal-estar da pequena burguesia frente ao sistema centralizador e oligárquico republicano que alijava estes grupos do processo político e da incipiente modernização econômica pela qual passava o país com o processo de industrialização. Daí, os militares da baixa oficialidade representarem a força capaz de fazer frente a este sistema, o que se configuraria a partir de 1922 e resultaria no colapso do regime em 1930.

10 Nesta perspectiva analítica, enquadram-se os trabalhos precursores de Boris Fausto (1970), Paula Beiguelman (1973), Décio Saes (1975) e, posteriormente, José Augusto Drummond (1986), os quais vão entender que os tenentes não representaram um projeto político ou social das camadas médias urbanas, mas, sobretudo, assumiram um compromisso institucional que revelou um movimento tipicamente militar em sua forma, a partir de 1922.

11 Visando construir uma posição não absolutizadora que reduza as motivações dos tenentes como membros das camadas médias urbanas ou do aparato institucional do Exército para interferir no curso dos acontecimentos republicanos na década de 1920, Anita Leocádia

Para Forjaz (1977, p. 34), as Forças Armadas exerceram quase a função de partido político, constituindo o único grupo nacional organizado, com elevada expectativa sobre seu próprio papel enquanto “*estrato protetor da República*” e contando com a possibilidade do recurso à violência. Desse ponto de vista, os membros do Exército dispunham dos mecanismos para empreender não apenas a oposição, mas a insurreição contra o sistema.

Corroborando, Anita Prestes (1991, p. 87), entende que os tenentes reuniram uma série de condições específicas que permitiram transformar-se na vanguarda política da luta contra o domínio oligárquico da burguesia cafeeira e seus aliados. Além de disporem das armas estavam organizados em uma instituição de caráter nacional estabelecendo contatos por todo o país.

A campanha para as eleições presidenciais de 1922 representou o momento em que as forças políticas e econômicas beneficiadas pela estrutura da distribuição do poder na Primeira República foram contestadas. A formação da Reação Republicana¹² em 1921 significou a tentativa de quebrar o sistema de monopólio e controle político fundamentado na política dos governadores. A situação, representada pela indicação do mineiro Artur Bernardes, pretendia a continuidade de um sistema considerado ultrapassado para as transformações que o país atravessava.

Desse modo, para Anita Prestes (1993, p. 38-39), a formação da Reação Republicana revelava a cisão ocorrida na classe dominante ao mesmo tempo em que novos grupos sociais irrompiam no cenário nacional, reivindicando a moralização dos costumes políticos e mudanças no sistema eleitoral, que permitissem as oposições ingressarem no fechado circuito político das elites que governavam o país.

O grande estopim para o desenvolvimento de uma forte oposição militar a candidatura de Artur Bernardes veio com o episódio das cartas falsas divulgadas pelo jornal *Correio da Manhã*, que mesmo depois de sendo comprovadas como inverossímeis¹³, demonstravam toda a animosidade

Prestes (1991) defende que o movimento deve ser entendido levando-se em consideração as duas dimensões, além de evitar generalizações e posições subjetivistas e teleológicas.

12 “Articulação formada em 1921 pelas forças políticas vinculadas aos Partidos Republicanos do Distrito Federal e dos estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco, insatisfeitos com a escolha do mineiro Artur Bernardes para a sucessão presidencial de Epiácio Pessoa” (PRESTES, 1993, p. 17).

13 Artur Bernardes negou com veemência a autoria das cartas, as quais passaram por perícias. Em maio de 1922, Oldemar Lacerda e Jacinto Cardoso de Oliveira foram identificados como os falsificadores das cartas. Lacerda confessou que havia confeccionado as cartas com

entre membros do Exército e o governo que pleiteava a continuidade de seu projeto oligárquico em um momento de instabilidade política no país.

Mesmo com o episódio das cartas e a oposição de parte dos militares, a eleição de Artur Bernardes se concretizou em março de 1922, o que não evitou que conspirações, principalmente, entre a baixa oficialidade, se desenvolvessem, dessa vez, para impedir a posse do presidente eleito. Em 2 de julho do mesmo, o presidente Epitácio Pessoa determinou a prisão do ex-presidente e marechal Hermes da Fonseca como uma retaliação a sua atuação frente ao conflitos que se desenvolviam nas eleições estaduais de Pernambuco. Também determinou o fechamento do Clube Militar por seis meses. Mesmo com o relaxamento da prisão do marechal no dia seguinte, a situação impulsionou a deflagração do primeiro grande levante liderado pelos jovens tenentes. Em 5 de julho, os jovens oficiais recorreram às armas.

Devido à falta de organização e vacilações na estrutura do movimento, o levante projetado para eclodir em âmbito nacional ficou limitado ao Rio de Janeiro, mais especificamente no Forte de Copacabana liderado por Euclides da Fonseca, filho do marechal Hermes, juntamente com Antônio de Siqueira Campos e Eduardo Gomes. Após mais de 24 horas de resistência e a prisão de Euclides, a maior parte de soldados que faziam parte do grupo capitularam, permanecendo apenas 28 deles no Forte,¹⁴ realizando a divisão e distribuição da bandeira do Brasil em 28 pedaços. Depois saíram em caminhada em direção às tropas governistas.¹⁵

Desarticulado o movimento, restaram as representações que acabaram por transformar o fato em um grande símbolo da insurreição dos jovens tenentes contra o autoritarismo do governo de Epitácio Pessoa. Tanto os jornais *Correio da Manhã* quanto a *Gazeta de Notícias* se encarregaram de representar os acontecimentos de maneira heroica. “Os ‘Dezoito do Forte’ que passaram à história foram criados pela Gazeta de Notícias que, no dia

intuitos meramente políticos, visando elevar à presidência da República o marechal Hermes da Fonseca, destruindo a candidatura Bernardes (SILVA, 1964, p. 93).

14 Os números de quantos permaneceram no Forte ou saíram em caminhada pela praia de Copacabana não são precisos. As descrições e análises pormenorizadas do que aconteceu recorrendo aos posteriores depoimentos dos tenentes Siqueira Campos e Eduardo Gomes são realizadas por Hélio Silva (1964).

15 Conforme Daniel Aarão Reis (2014, p. 37) depois de iniciada a troca de tiros mais intensa sobram apenas nove. Houve oito mortos, dois oficiais (Newton Prado e Mário Carpenter), um graduado (José Pinto de Oliveira, mecânico-eletricista), um civil (Otávio Costa), e quatro soldados (Manuel Antônio dos Reis, Hildebrando da Silva Nunes e dois de nomes desconhecidos). Dois oficiais ficaram gravemente feridos, mas sobreviveram, Siqueira Campos e Eduardo Gomes.

seguinte, em manchete divulgou o número. Por ter caído no gosto do público, a preguiça intelectual encarregou-se de repeti-lo à exaustão. O resultado, como quase sempre, foi que a lenda se converteu em história” (REIS, 2014, p. 37).

Os processos e prisões dos envolvidos nos levantes de 1922 acabaram por manter e ampliar um clima de descontentamento com o governo. Artur Bernardes assumiu a presidência da República em novembro de 1922, e impôs punições aos revoltosos baseado no Código Penal ao invés do Código de Justiça Militar. Algumas lideranças da revolta, como Siqueira Campos e Eduardo Gomes, beneficiados por habeas corpus, decidiram partir para o exílio, enquanto outros foram presos. As prisões acabaram por concentrar muitos dos envolvidos na sublevação, bem como atrair novos simpatizantes a causa, garantido assim, a continuidade das conspirações (ARAGÃO, 2012, p. 125).

Dois anos depois, em um novo dia 5 de julho, agora em São Paulo, uma nova etapa das rebeliões tenentistas teve início, dessa vez, contando com a liderança do general Isidoro Dias Lopes e também com a adesão de parte dos militares da Força Pública¹⁶ representados pelo major Miguel Costa. O objetivo do movimento era a deposição de Artur Bernardes, além das mesmas bandeiras levantadas em 1922 relacionadas à estrutura e condições das Forças Armadas. Também se continuava a oposição ao sistema republicano baseado no controle das oligarquias, reivindicava-se o voto secreto e a moralização do sistema político.

O descontentamento dos militares rebelados em julho de 1924 estava diretamente ligado à estrutura de poder organizada com a República, inclusive fazendo alusão ao papel que os próprios militares tiveram na proclamação em 1889. Utilizava-se a ideia de que eles representavam uma força regeneradora que haveria de retomar a moralidade das instituições, algo que era recorrente em outros manifestos e cartas trocadas entre os rebeldes. “Sentiam, então a necessidade de restaurar a República, nos moldes de 89, livrando-a dos vícios criados pelos civis. Para isso se apegavam à Constituição que deveria, a todo custo, ser respeitada” (CORRÊA, 1976, p. 2).

Aos poucos o governo foi impondo rigoroso bombardeio sobre as posições rebeldes, o que influiu não apenas na condição de resistência dos próprios soldados insurgentes, mas no cotidiano da cidade com sua rotina de trabalho, seu comércio, sua vida de maneira geral. O conflito acabou por

16 Denominação das polícias militares na época. Conforme Corrêa (1976, p. 27), as Forças Públicas estaduais tinham por objetivo a defesa do poder instituído no nível estadual, a preservação das relações existentes e a defesa dos interesses regionais.

transformar a cidade em um campo de batalha com as tropas federais, alvejando os insurgentes com canhões de grosso calibre e até ataques aéreos. “Os rebeldes, perplexos e indignados, ouviam Carlos de Campos, o presidente fujão, dizer com calma que estava certo ‘de que São Paulo prefere ver destruída sua capital antes que destruída a legalidade do Brasil’” (REIS, 2014, p. 46).

Noticiando os acontecimentos em São Paulo o jornal *Correio do Povo* divulgava em 13 de julho de 1924 que o presidente do Estado Borges de Medeiros havia recebido comunicado do governo federal alertando que o movimento dos militares rebeldes não passava de um motim provocado por uma parte da polícia militar do Estado, destacando que havia ficado limitado a capital paulista sem se alastrar pelo país. Também reforçava que os revoltosos estavam sendo dominados pelas forças legais¹⁷. Dessa forma, o governo federal visava minimizar a ação e os efeitos do conflito desqualificando os rebeldes e reforçando o papel e a força das tropas governistas na repressão ao movimento.

Nesse período havia também preocupação por parte do governo federal de que fosse reprimido aquilo que chamava-se de “atos de boataria”, acerca dos acontecimentos em São Paulo. Alegava o governo que se estava espalhando “*boletim sedicioso*” entre os soldados do Exército¹⁸. O fato demonstra a preocupação do governo federal em reprimir manifestações em favor do movimento rebelde ou que pudessem servir como instrumentos de mobilização de forças civis ou militares no sentido de haver novas sublevações.

Cinco dias depois deste comunicado, em 18 de julho de 1924 o *Correio do Povo* divulgava a prisão de um jornalista de Santa Maria, região central do Rio Grande do Sul. Arnaldo Mello, diretor do jornal *Correio da Serra* havia sido detido por Miranda Netto, subchefe de polícia, sendo recolhido a capital do estado. Octávio Lemos, delegado de polícia foi nomeado censor para o jornal *Correio da Serra*.¹⁹

A prisão do jornalista Arnaldo Mello evidencia o rigor na fiscalização por parte das autoridades legais sobre quaisquer manifestações, especialmente, em jornais ou outros impressos, sobre os acontecimentos relacionados ao movimento rebelde em São Paulo, expondo também a censura, prática comum àquela época como forma de exercer o controle sobre a opinião pública.

O jornalista Arnaldo Mello era redator-chefe do jornal *Correio da Ser-*

17 Os graves sucessos [sic] de São Paulo. *Correio do Povo*, Porto Alegre, n. 168, 13 jul. 1924, p. 6.

18 Idem, p. 6.

19 Movimento sedicioso em São Paulo. *Correio do Povo*, Porto Alegre, n. 172, 18 jul. 1924, p. 1.

ra, do município de Santa Maria. Ligado a Aliança Libertadora, grupo político liderado por Joaquim Francisco de Assis Brasil²⁰, o jornal fazia oposição ao governo do presidente do Estado Borges de Medeiros²¹, reeleito para um quinto mandato nas eleições de 1922, tendo derrotado o próprio Assis Brasil. Quando da eclosão do movimento rebelde em São Paulo, o jornal passou a noticiar os acontecimentos. Em 19 de julho, o *Correio da Serra* passou não apenas a ter parte de suas notícias censuradas, como também comunicava a prisão de seu membro e sua chegada a Porto Alegre na estação dos Navegantes sendo aguardado por uma comissão da Aliança Libertadora, mas não se sabendo para onde havia sido recolhido²². No dia 20 de julho, o jornal *Correio do Povo* noticiava a transferência para o Rio de Janeiro dos jornalistas Arnaldo Mello e Julio Ruas, do jornal *O Bandoleiro*, de Alegrete. Ambos deveriam ficar a disposição do governo federal por determinação do presidente do Estado Borges de Medeiros²³.

Mesmo depois da prisão do seu redator-chefe, o *Correio da Serra* continuou divulgando os fatos relacionados ao movimento rebelde na capital paulista, intitulado suas reportagens como “O movimento subversivo em São Paulo”. Assim como o *Correio do Povo*, divulgava os informes institucionais do governo federal, os desdobramentos dos conflitos, porém não emitia juízos de valor sobre o movimento, pelo menos não em relação a elogiá-lo ou estimulá-lo.

Apesar disso, enfrentava a censura em trechos de suas reportagens e não entrava em detalhes sobre o destino de Arnaldo Mello. Somente na edição do dia 15 de agosto de 1924²⁴, o jornal de Santa Maria voltou a escrever sobre o jornalista noticiando que este se achava em Porto Alegre. Des-

20 Advogado e republicano histórico do Rio Grande do Sul. Foi deputado e membro da junta governativa gaúcha de 1891. Também foi embaixador e figura de destaque nos desdobramentos políticos da Primeira República (1889-1930), tanto a nível regional quanto nacional. Com as eleições para a presidência do Estado em 1922 foi candidato em oposição política a Borges de Medeiros, que desde 1913 ocupava o cargo (MAESTRI, 2010).

21 Advogado e liderança do Partido Republicano Rio-grandense durante a Primeira República (1889-1930). Foi presidente do Estado do Rio Grande do Sul entre 1898 e 1908 e entre 1913 e 1928. Reeito em 1922 enfrentou a oposição da Aliança Libertadora liderada por seu principal adversário político Joaquim Francisco de Assis Brasil, a qual resultou nos conflitos de 1923. (PESAVENTO, 1990).

22 A prisão do nosso redactor-chefe [sic] e de Julio Ruas. *Correio da Serra*, Santa Maria, n. 1865, 19 jul. 1924, p. 1.

23 Os graves sucessos [sic] de São Paulo. *Correio do Povo*, Porto Alegre, n. 174, 20 de jul. 1924, p. 6.

24 A prisão do nosso redactor-chefe [sic]. *Correio da Serra*, Santa Maria, n. 1886, 15 de ago. 1924, p. 1.

tacava que ele era uma das figuras de maior relevância na oposição política a Borges de Medeiros, sendo por este perseguido. Também ressaltava que Mello foi o primeiro escritor a pregar a Revolução de 1923²⁵ e que usou seu jornal para estimular seus correligionários a pegar em armas para a reconquista da liberdade usurpada.

Na realidade a prisão de Mello era um resquício dos conflitos de 1923 que opuseram partidários de Borges de Medeiros e Assis Brasil na disputa pelo poder no Rio Grande do Sul. Na edição de 23 de agosto o *Correio da Serra* divulgava:

Arnaldo Mello e Julio Ruas

Já são sobejamente conhecidos os motivos que determinaram a prisão e deportação dos denodados jornalistas gaúchos Arnaldo Mello e Julio Ruas, uma torpe vingança do usurpador Borges de Medeiros contra aqueles que sempre, desassombradamente, hostilizaram a sua política bastarda e de campanário. Com a sua atitude, porém, o déspota demonstrou claramente o seu desprestígio, sua nenhuma cotação com o presidente dr. Artur Bernardes, de quem procura conseguir as boas graças na mais [ilegível] das bajulações. O ilustre dr. João Baptista Luzardo, deputado federal oposicionista, de chegada a sua terra natal, em uma palestra na redação da intemerata folha A Nação, referindo-se a prisão dos dois valentes jornalistas disse ser ela feita por uma vingança torpe de Borges de Medeiros, tanto assim que o dr. Bernardes mostrou-se surpreso ao ter conhecimento de tal medida, mandando imediatamente cassar aqueles poderes ao usurpador e pondo em liberdade na manhã seguinte ao dia da chegada aqueles valorosos confrades²⁶.

Mesmo com a assinatura do Pacto de Pedras Altas que pôs fim ao conflito de 1923, em 1924 ainda havia muitos resquícios das disputas políticas do ano anterior. Após a eclosão do segundo levante tenentista, em julho de 1924, em São Paulo, membros da Aliança Libertadora no Rio Grande do

25 Após o resultado das eleições estaduais de 1922 que deram a vitória a Borges de Medeiros, os oposicionistas ligados a Assis Brasil alegaram fraude e tomaram em armas contra o governo estadual, dando início a Revolução de 1923. Os rebeldes exigiam a derrubada de Borges do poder e também a revisão da Constituição estadual, de inspiração positivista e que permitia as reeleições consecutivas do governante. O movimento se estendeu por todo o ano de 1923 e acabou no mês de dezembro num acordo, o Pacto de Pedras Altas, entre os detentores do poder e os de fora dele (PESAVENTO, 1984, p. 86).

26 Arnaldo Mello e Julio Ruas. *Correio da Serra, Santa Maria*, n. 1893, 23 de ago. 1924, p. 1.

Sul tentaram se desvincular dos militares rebeldes reforçando sua lealdade ao governo constituído de Artur Bernardes.

Dez dias após o início do movimento em São Paulo, em 15 de julho, o *Correio do Povo* divulgava uma carta atribuída a Assis Brasil onde ele se manifestava sobre os eventos na capital paulista. Na carta o líder aliancista dizia ignorar a origem e os fins do levante militar, negando qualquer participação da Aliança Libertadora ou de qualquer outro grupo político. Encerrava dizendo: “[...] empenho-me em tranquilisar [sic] os espíritos, patenteando a minha convicção de que não estamos em presença de uma nova guerra civil e de que devemos fazer todos os esforços para manter a paz no Rio Grande do Sul, em bem da qual depuzemos [sic] sinceramente as armas, há6mezes [sic] [...]”²⁷.

Apesar das negativas em relação à participação da Aliança Libertadora no levante liderado pelos militares em São Paulo, pouco tempo depois, em outubro de 1924, a participação de civis ligados a Assis Brasil foi fundamental para a sublevação do movimento no Rio Grande do Sul.

A partir do dia 12 de julho os bombardeios das tropas federais foram intensificados sobre São Paulo, assim como foi mantida a resistência por parte do efetivo rebelde. Juarez Távora (1973, p. 144), relata em suas memórias que a situação ficou ainda mais difícil a partir do dia 20 de julho, tanto pela dificuldade em estabelecer acordo para que cessassem os bombardeios quanto para reorganizar as forças espalhadas nas trincheiras de defesa das posições rebeldes. Nesse período, novos bombardeios aéreos foram efetivados, além de serem distribuídos, também através dos aviões, boletins direcionados aos revoltosos para que entregassem as armas.

Corrêa (1976), Carone (1975) e Silva (1964) destacam que a gravidade da situação levou Isidoro Dias Lopes a uma nova tentativa de armistício entre os dias 26 e 27 de julho. Conforme Juarez Távora (1973, p. 144), fracassados os esforços das autoridades locais e do comando revolucionário para limitar os bombardeios decidiram o general Isidoro Dias Lopes e o major Miguel Costa empreender na noite de 27 para 28 de julho a retirada das forças pelo eixo ferroviário São Paulo – Campinas – Bauru.

Com o fim do conflito em São Paulo e a concentração das forças revolucionárias paulistas na região de Foz do Iguaçu, o direcionamento das ações rebeldes ganhou novos contornos, tanto em relação à resistência que deveria ser empreendida pelos paulistas quanto à possibilidade de adesão em outras regiões do país. Conforme Prestes (1995, p. 27) houve tentativas de sublevação em Manaus (AM), Óbidos (PA), Aracaju (SE) e Bela

27 Os graves sucessos [sic] de São Paulo. *Correio do Povo*, Porto Alegre, n. 169, 15 jul. 1924, p. 3.
RIHGRGS, Porto Alegre, n. 156, p. 37-61, julho de 2019.

Vista (MT). Entretanto, nestes locais as forças rebeldes foram reprimidas e os movimentos não prosperaram. Viria do Rio Grande do Sul a força responsável por dar continuidade ao movimento.

2 Maragatos e tenentes em armas no Rio Grande do Sul

As conspirações tenentistas prosseguiram no Rio Grande do Sul durante todo o ano de 1924, apesar de as notícias sobre o levante em São Paulo terem chegado apenas pelos jornais (REIS, 2014, p. 50). Luiz Carlos Prestes, que viria a se constituir na maior liderança dos rebeldes gaúchos, havia sido transferido para o estado em outubro de 1922 como forma de punição a sua participação nas conspirações de julho do mesmo ano, que resultaram nas ações do primeiro levante tenentista no Rio de Janeiro (PRESTES, 2015, p. 37). No estado a missão do capitão engenheiro era exercer a chefia da Comissão Fiscalizadora da Construção de Quartéis na região noroeste, mais especificamente nas cidades de Santo Ângelo, Santiago do Boqueirão e São Nicolau.

Anita Prestes (2015, p. 38-40), destaca que nesse período Prestes pôde viajar pelo estado buscando identificar novos focos revolucionários para as ações que se estavam articulando desde 1922. Passou por Cruz Alta, Santa Maria, Montenegro, Porto Alegre, Pelotas, Bagé e São Gabriel. Em carta a Eduardo Gomes, sobrevivente do levante no Forte de Copacabana, Prestes relatava que naquele estado ninguém estava interessado no governo Bernardes, sendo a principal preocupação as disputas entre assisistas e borgistas (PRESTES, 2015, p. 41).

Durante todo o ano de 1923, o Rio Grande do Sul esteve envolvido em acirradas disputas políticas, que levaram o estado a uma guerra civil entre os partidários da Aliança Libertadora liderados por Assis Brasil em oposição ao governo Borges de Medeiros. Os oposicionistas contestavam a ordem política vigente e, especialmente, o sistema eleitoral, conhecida-mente fraudulento no período. A partir de janeiro de 1923, os partidários de Assis Brasil empreenderam resistência armada contra o governo estadual. As lutas se desenrolaram até dezembro daquele ano, quando foi assinado o Pacto de Pedras Altas pondo fim ao conflito.

Tudo isso dificultava as articulações de uma nova insurreição conforme observava Prestes. Entretanto, em 1924, o cenário passou a ser outro. Com a rebelião em São Paulo e as articulações para um levante no Rio Grande do Sul, os partidários de Assis Brasil passaram a ver nos tenentes uma nova possibilidade de força oposicionista a nível regional contra Borges de Medeiros, mesmo que após a eclosão do movimento em São Paulo negas-

sem qualquer participação no levante.

Juarez Távora (1973, p. 157) destaca que em outubro de 1924 chegaram a Foz do Iguaçu vários agentes de ligação de elementos civis e militares do Rio Grande do Sul, entre eles Alfredo Canabarro, representando Honório Lemes, e Anacleto Firpo, amigo particular e representante de Assis Brasil. Távora destaca que em reunião a 5 de outubro se expôs a situação político-militar existente no Rio Grande do Sul capaz de promover um levante naquele estado em apoio às forças paulistas concentradas no Paraná.

Designado para ser o articulador das ações rebeldes no Rio Grande do Sul, Juarez Távora partiu para o estado, passando também por território argentino. Távora (1973, p. 158), relata que em 10 de outubro dirigiu-se para Monte Caseros na Argentina, onde dois dias depois se encontrou com Honório Lemes na fazenda Catalã, visando acordar detalhes do movimento no Rio Grande do Sul. Também no Uruguai relata ter tido um encontro com Assis Brasil combinando a natureza da cooperação que elementos civis teriam no levante que se estava articulando.

Todavia, novamente noticiando os acontecimentos relacionados aos movimentos rebeldes, o jornal *Correio do Povo* de 23 de outubro divulgou acerca da participação de Honório Lemes em um possível levante no Rio Grande do Sul:

Movimento Sedicioso

O general Honório Lemes não cogita de reunir gente Telegramma [sic] da Aliança [sic] Libertadora de Quarahy [sic] ao chefe de polícia do Estado Quarahy [sic], 22 – A Aliança [sic] Libertadora, desta cidade, dirigiu, hoje, o seguinte telegrama [sic] ao chefe de polícia do Estado:

“Desde três dias, circulam, aqui, boatos, tendentes a fazer crer que o general Honório Lemes e emissários do coronel João Francisco estão na estância Catalan [sic], na república do Uruguay [sic], distante oito léguas desta cidade, reunindo gente, comprando cavallhada e recebendo armamento, munições e metralhadoras com o intuito de invadir o Estado. Esses boatos chegaram até o governo do Estado confirmados pelas altas autoridade de Quarahy [sic] e chefes políticos, que garantiram a sua veracidade, conforme nos declarou o sub-chefe [sic] da polícia. O sub-chefe [sic] de polícia palestrou longamente com o general Honório Lemes, o qual declarou pedindo que se tornasse publico, sobre palavra de honra, que não reunia gente actualmente [sic], para invadir o Estado, e estava passando alguns dias com o seu intimo amigo Emilio Silva, o qual administra a estancia Ca-

talán [sic], como também breve visitará os seus amigos de Quarahy [sic]. Tão catégoricas [sic] foram as declarações do general Honório Lemes ao sub-chefe [sic], que este deveria tê-la transmitir [sic] a v. ex. Devemos agora ponderar a v. ex., que não temos motivos para romper o compromisso espontâneo que fizemos, em palestra com v. ex., nessa capital, da não convivência [sic] da oposição [sic] de Quarahy [sic] com o movimento subversivo”.²⁸

Como já havia acontecido anteriormente, mais uma vez membros da Aliança Libertadora negavam participação nas ações dos militares. Obviamente, a fala atribuída a Honório Lemes visava despir as autoridades. Na medida em que se efetivou o levante dias depois, a partir de 28 de outubro, elementos civis ligados a ele e a Assis Brasil aderiram à causa rebelde dos tenentes no Rio Grande do Sul constituindo-se em uma força fundamental para que o movimento logre-se êxito no estado.

Em Santo Ângelo Luiz Carlos Prestes demonstrava apreensão com a indefinição das ações rebeldes. Conforme Anita Prestes (2015, p. 50), Luiz Carlos Prestes havia enviado um bilhete ao tenente Aníbal Benévolo, importante organizador das ações rebeldes no Rio Grande do Sul, e que sublevou o regimento de São Borja, avisando de que se até o dia 31 de outubro não recebesse nenhuma informação marcando a data do levante, iria rebelar sozinho o 1º Batalhão Ferroviário de Santo Ângelo.

A chegada ao estado de Juarez Távara e Siqueira Campos, este vindo da Argentina onde estava exilado, acelerou a organização das ações, que afinal foram marcadas para a madrugada de 28 para 29 de outubro, “[...] dando-se disso ciência, por telegramas em linguagem convencionada, aos oficiais compromissados em Alegrete, São Borja, São Luís, Santo Ângelo, e aos chefes civis, em Melo e Artigas” (TÁVORA, 1973, p. 159).

De acordo com Prestes (1991, p. 119), na noite de 28 de outubro rebelou-se o 1º Batalhão Ferroviário de Santo Ângelo, sob o comando do capitão Luiz Carlos Prestes e do tenente Mário Portela Fagundes. Na madrugada de 29, sublevou-se o 3º Regimento de Cavalaria Independente de São Luiz Gonzaga, sob o comando do tenente João Pedro Gay; o 2º Regimento de Cavalaria Independente de São Borja, sob o comando do tenente Aníbal Benévolo, contando com o auxílio do tenente Siqueira Campos; e o 5º Regimento de Cavalaria Independente de Uruguaiana, obedecendo às instruções de Juarez Távara e também do civil Honório Lemes.

Dois dias depois ainda se insurgiu uma bateria do 2º Regimento de

28 Movimento sedicioso. *Correio do Povo*, Porto Alegre, n. 255, 23 out. 1924, p. 1.

Artilharia a Cavalo de Alegrete, sob o comando do tenente João Alberto Lins de Barros. Ainda conforme Anita Prestes (1991, p. 119), além de Honório Lemes, outros civis ligados a Assis Brasil também aderiram ao levante, como Felipe Portinho, Leonel Rocha, Pedro Aarão, Zeca Neto, Inocêncio e João Silva, João Portinho, Juca Raimundo, Júlio Barrios, Márcio Garcia, Sezefredo Aquino, Nestor Veríssimo e outros.

No dia 30 de outubro, o *Correio do Povo* noticiava sobre a insurreição militar dando destaque aos quartéis rebelados pelo estado, especialmente, na região das missões²⁹, e informando que o batalhão ferroviário de Santo Ângelo tentou tomar a cidade vizinha de Ijuí, sofrendo resistência por parte da guarda municipal.³⁰

As notícias ainda davam conta da reação do governo ao levante com o deslocamento de tropas, como do 7º Batalhão de Caçadores de Porto Alegre, para a região das missões³¹. No dia seguinte, o jornal continuava noticiando sobre os desdobramentos das ações rebeldes dando atenção especial a adesão de Honório Lemes ao movimento, destacando que este, vindo do Uruguai, rumava em direção a Uruguaiana para fazer causa comum aos rebeldes³².

De acordo com Juarez Távora (1973, p. 161-163), Honório Lemes desempenhou papel importante no levante. Chegando a Uruguaiana em 30 de outubro, Távora descreve que passou o comando do movimento para Honório e rumou para Alegrete. Como testemunha do que aconteceu, o tenente Távora destaca o senso tático daquele a quem chama em suas memórias de “*velho caudilho gaúcho*”. Sua única discordância foi em relação a ter visto adversários do conflito tendo sido degolados pelas tropas de Lemes, prática comum de conflitos em terras gaúchas, especialmente, na Revolução Federalista de 1893. O tenente salienta ter explicitado sua repulsa ao comandante civil.

Outra importante fonte de informação sobre o levante de outubro de 1924, no Rio Grande do Sul, é o inquérito policial que foi efetivado pela justiça do Estado a partir de 1925, onde constam os relatórios da Chefatura de Polícia encaminhados para análise do judiciário. Na documentação existe um relatório do chefe de Polícia do Estado Armando Azambuja encaminhado ao Procurador Seccional da República no Rio Grande do Sul em

29 Região noroeste do Rio Grande do Sul, assim chamada em função do seu passado jesuítico-indígena dos séculos XVII e XIII.

30 Levante militar. *Correio do Povo*, Porto Alegre, n. 261, 30 de outubro de 1924, p. 3.

31 Idem, p. 3.

32 Levante militar. *Correio do Povo*, Porto Alegre, n. 262, 31 de outubro de 1924, p. 3.

setembro de 1925, quase um ano após o início do levante. No documento, Azambuja faz um relato sobre os acontecimentos do ano anterior, ressaltando especialmente a participação de civis gaúchos, tanto nas conspirações quanto na efetivação do levante no Rio Grande do Sul. Assim descreve o início do movimento rebelde:

É notório que em 5 de julho do anno [sic] passado vários corpos do exército nacional, destacados em São Paulo, levantaram-se em armas, com o intuito confessado de depor o presidente da Republica e de reformar a Constituição de 24 de fevereiro. Desde logo, como é sabido, esses conspiradores, a que se juntaram grandes contingentes da policia paulista e muitos civis, nacionaes [sic] e estrangeiros [sic], apoderaram-se da capital daquelle [sic] estado, apossaram-se das repartições públicas e praticaram innumeros [sic] crimes contra a vida, a liberdade e a propriedade pública e particular. Essas rebeliões, todas com eguaes [sic] propósitos, foram o desfecho de pertinaz propaganda no seio do exército, trabalhado por agitadores civis e militares, por dyscolos [sic]³³ de toda sorte. Aqui no Rio Grande do Sul eram insistentes os boatos sobre a solidariedade de muitos officiaes [sic] das nossas guarnições com os seus camaradas revoltosos de São Paulo. Quando estallou [sic] a revolução naquelle [sic] Estado, os mashorqueiros [sic]³⁴ que, em 1923, convulsionaram o Rio Grande, assanharam-se, rejubilaram-se. O chefe principal desses perturbadores da ordem, o dr. Joaquim Francisco de Assis Brasil, em 13 de julho, 8 dias, portanto, depois do levante sedicioso de S. Paulo, deixou sua herdade de Pedras Altas, passando para o território uruguayo [sic]. Alguns dias depois emigrou também Honorio Lemes, general da revolução assisista de 1923, raboleva [sic] de Assis Brasil. Nem Honorio, nem Assis fugiram ao temor de algum perigo pessoal. A elles [sic] as autoridades [sic] estaduaes [sic] offereceram [sic] todas as garantias para que tornassem a seus lares. A despeito disso, teimaram em ficar em terra estrangeira [sic], pretextando receios de violências, vinganças de luctas [sic] passadas. Zéca Netto, outro general da revolução de 1923, assisista apaixonado, estava na capital da República, quando irrompeu a revolução em São Paulo. Embarcou logo para Montevidéo [sic], onde de chegada, em entrevista a imprensa, manifestou-se a favor dos rebeldes. Honorio Lemes, Assis Brasil, e Zéca Netto ti-

33 Desordeiros, insubordinados.

34 Agitadores.

veram varias conferencias no Uruguay [sic] e na Argentina, antes de propagar-se ao Estado o movimento sedicioso iniciado em São Paulo.³⁵

O chefe de polícia, além de desqualificar e representar o movimento como baderneiro, agitador e subversivo, dá ampla atenção em seu relatório à participação dos elementos civis ligados a Assis Brasil nas ações revolucionárias de 1924, especialmente, Honório Lemes e Zeca Netto. Assim como, o jornal *Correio do Povo* também evidenciou, havia grande preocupação das autoridades ligadas ao governo com a adesão dos membros da Aliança Libertadora às ações revolucionárias, revivendo os conflitos que em 1923 abalaram permanentemente o Rio Grande do Sul. Completando suas observações, Azambuja responsabiliza Assis Brasil e a Aliança Libertadora sobre o desencadeamento dos acontecimentos revolucionários no estado:

Quando, em 29 de outubro de 1924, revoltaram-se alguns corpos do exército aqui do Sul, Honorio Lemes regressou apressadamente ao Rio Grande e assumiu, em Uruguayana [sic], o comando [sic] em chefe das forças revolucionarias daquela [sic] cidade. A gente da chamada “Alliança [sic] Libertadora”, corporação fundada por Assis Brasil, para defesa de seus planos políticos, com poucas excepções [sic], alçou o collo [sic], fez causa comum [sic] com os revolucionários, pegando em armas, amparando-os com o seu concurso moral e econômico. Da attitude [sic] da “Alliança [sic] Libertadora”, das manobras de Assis Brasil, desde que estallou [sic] o levante militar de S. Paulo; das suas confabulações com Honorio Lemes, Zéca Netto e emissários de João Francisco e Izidoro Dias Lopes; da conducta [sic] dos deputados Plínio Casado, Baptista Luzardo e Arthur Caetano, agentes do sr. Assis Brasil, na representação nacional, negando solidariedade politica ao presidente da República contra os revolucionários de S. Paulo e confessando suas sympathias [sic] pelo movimento sedicioso, quando atingiu o Rio Grande; do manifesto do dr. Assis Brasil, lido na Câmara dos Deputados e no Senado; força é concluir que o mesmo dr. Assis Brasil é um dos maiores responsáveis pela última revolução no Rio Grande do Sul, como foi em 1923 o

35 Chefatura de Polícia do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 12 de setembro de 1925. Relatório encaminhado pelo Chefe de Polícia Amando Azambuja ao Procurador Seccional da República no Rio Grande do Sul acerca do movimento revolucionário de 1924. v. 1, p. 17-18. Arquivo da Justiça Federal, Seção judiciária do Rio Grande do Sul.

seu principal fator [sic]³⁶.

No mesmo documento ainda consta o relato sobre os acontecimentos em Uruguaiana quando da sublevação do 5º Regimento de Cavalaria Independente sob as ordens de Juarez Távora. Aponta como colaboradores de Távora os tenentes Edgar Dutra, Ambire Cavalcanti, Valério Lacerda e Aristides Correia Leal, destacando também a adesão de Honório Lemes, o qual foi aclamado comandante geral. “[...] Esses revoltosos apoderaram-se imediatamente [sic] de todos os edificios públicos, instituíram governo militar e civil no município, fizeram extorções [sic] ao commercio [sic], aos bancos, saquearam os cofres municipaes [sic] e a alfandega”³⁷.

Quando da efetivação do levante em 29 de outubro os revolucionários de Uruguaiana redigiram e divulgaram a população um manifesto onde explicavam sobre a importância e a necessidade do movimento e, principalmente, tranquilizavam sobre a garantia dos direitos do povo, chamando também a atenção quanto ao acatamento das ordens que vinham do comando revolucionário. Um manifesto semelhante também foi redigido em Santo Ângelo. O manifesto de Uruguaiana consta no relatório do chefe de polícia e foi assim redigido:

A Revolução ao povo

Pegando em armas contra o Governo que tem expoliado [sic] os bens do povo e sacrificado os interesses superiores do Paiz [sic], não queremos, de forma alguma, causar inúteis [sic] danos [sic] a população rio-grandense. A todos os cidadãos que se abstiverem de participar directa [sic] ou indirectamente [sic] na luta [sic] – qualquer que seja o seu credo político – serão garantidos os direitos que lhes confere a nossa Constituição. Offerecendo [sic], assim, amplas garantias ao povo, exigimos, em troca, inteiro acatamento às nossas ordens. Qualquer tentativa de perturbação da ordem promovida dentro da nossa zona de jurisdição será summaria [sic] e severamente [sic] castigada. O governo da cidade passa a ser exercido por dois governadores, um civil outro militar. Ao governador civil cabem todas as atribuições [sic] pertencentes antes ao prefeito municipal. Ao governador militar compete a organização do serviço de policiamento e de segurança da cidade, a convocação dos reservistas, organização de unidades e contingentes superintendência do serviço de requisições, organização de

36 Idem, p. 19.

37 Ibidem, p. 20.

tribunaes [sic]marciaes [sic] e todas as medidas de caracter [sic] militar exigidas pelas circunstancias do momento. São nesta data considerados affastados[sic] de seus cargos as seguintes autoridades: intendente, vice-intendente [sic], conselheiros municipaes [sic], delegado de policia, sub-intendentes [sic]districtaes [sic], administrador do mercado público, do matadouro, sub delegados de policia. O policiamento da cidade passa a ser feito por voluntários armados sob a fiscalização de um official [sic] de forma a garantir a todos absoluta tranquillidade. A justiça civil poderá continuar a exercer livremente as suas funções [sic] no julgamento dos crimes [sic] comuns. A Revolução lhe garante, nesse tocante, uma autonomia integral e absoluta.

Uruguayana [sic], 29 de outubro de 1924.

Juarez Távora – Governador militar

Lucio de Magalhães – Governador civil³⁸

Após a tentativa fracassada de tomar Alegrete o efetivo revolucionário retornou a Uruguaiana decidindo logo depois tomar rumo em direção a Quaraí e Santana do Livramento, de onde Honório Lemes recebera informações de que o 7º Regimento de Cavalaria Independente pudesse aderir à revolução (TÁVORA, 1973, p. 163). Durante esse trajeto aconteceu uma das batalhas mais decisivas no Rio Grande do Sul e que alterou os destinos do movimento no estado. Ao amanhecer do dia 8 de novembro as tropas rebeldes foram duramente atacadas na localidade de Guaçu-Boi, interior de Alegrete, por efetivos legalistas que estavam na região.

Para tanto, João Alberto Lins de Barros (1997, p. 43), atribui a emboscada às decisões de Honório Lemes de realizar marcha durante a noite anterior ao combate. “A concepção de marcha noturna do General Honório era simplória. Ao invés de marcha coberta, evitando demonstrações que pudessem revelar-nos ao inimigo, o general agia despreocupadamente, sem pensar nas forças contrárias que se supunham distantes” (BARROS, 1997, p. 43).

Em Guaçu-Boi as tropas rebeldes foram duramente reprimidas pelas forças do general legalista Flores da Cunha, levando o efetivo a se dispersar e Honório Lemes bater em retirada. “[...] Batalha perdida. O General Honório retirava-se com o grosso das tropas revolucionárias em direção

38 Chefatura de Polícia do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 12 de setembro de 1925. Relatório encaminhado pelo Chefe de Polícia Armando Azambuja ao Procurador Seccional da República no Rio Grande do Sul acerca do movimento revolucionário de 1924. v. 1, p. 133. Arquivo da Justiça Federal, Seção judiciária do Rio Grande do Sul.

a Quaraí, enquanto nós, cortados da coluna, só podíamos retroceder para Ibirocaí” (BARROS, 1997, p. 46). Sobre esse fato consta no relatório do chefe de polícia Armando Azambuja detalhes sobre o destino tomado por Honório Lemes desde o fracasso em Guaçu-Boi até o seu internamento no Uruguaí. O relato é extenso, mas dá uma significativa dimensão da importância desse caudilho veterano de 1923 para as autoridades do Rio Grande do Sul:

Honorio Lemes, fugindo de Guassú-Boi [sic], foi ter ao município de Quarahy [sic], onde reuniu um grupo de seus companheiros de derrota e onde a elle [sic] se juntaram os contingentes sediciosos de Theodoro de Menezes, Catinho Pinto, Joaquim Buenos Ayres, Alfredo Lemes e de Raphael Bandeira Teixeira. Com essa nova columna [sic] seguiu Honório em direcção [sic] do município do Rosário, onde assaltou a coudelaria nacional, apprehendeu [sic] armas e apoderou-se de animaes [sic] de raça dessa coudelaria, tendo ahi [sic] dado ligeiro combate com um esquadrão do 15º corpo auxiliar da Brigada Militar. Alguns dias depois, em 22 de novembro, Honório atacou de surpresa [sic], no lugar [sic] denominado Cerro da Conceição, município de Livramento, a columna [sic] legal, que por ali passava, e que se compunha do 15º corpo auxiliar e do 2º corpo effectivo [sic] da milícia estadual [sic], e que era comandada [sic] pelo coronel Januario Corrêa. Em 26 de novembro, Honorio Lemes acampou com sua gente nas vizinhanças da villa [sic] do Rosario e mandou um contingente as ordens de Julio Ruas e dos tenentes Ary Freire Salgado e Pedro Palma a povoação. Esse contingente começou por arrombar a Intendência Municipal, destruir seu archivo [sic] e apoderar-se de vários objectos [sic]. Em seguida Ary, Ruas e Palma invadiram diversas casas commerciaes [sic] e afrontosamente [sic] exigiram mercadorias e dinheiro, que lhes foi entregue, e sob ameaça de incêndio extorquiram dos agentes do Banco Nacional do Commercio [sic], Do Banco da Província e do Banco Pelotense, de cada um 25 contos. Depois dirigiram-se ao estabelecimento da Companhia Swift e arrancaram do seu gerente, com ameaças de incêndio, um cheque em favor do dr. Assis Brasil, no valor de 150 contos de réis. Honorio, após varias correrias nesse município, no de S. Vicente e de São Gabriel, foi alcançado pelas forças legaes [sic] do comando [sic] do tenente-coronel Julio Raphael Bozano, que lhe deu três combates e lhe infligiu três derrotas sucessivas [sic], no Passo do Velhaco, no Passo das Carretas e no Passo do Camaquam [sic], sendo que, neste último ponto, Honorio

fizera junção [sic] com Zéca Netto e foram ambos destruídos e tiveram que se refugiar em seguida na república do Uruguay [sic].³⁹

Depois do internamento de Honório Lemes e Zeca Netto no Uruguai, Juarez Távora se direcionou para Rivera, retornando posteriormente o contato com os rebeldes em São Borja, para onde João Alberto Lins de Barros também se deslocou encontrando o restante do grupamento rebelado naquela cidade.

Em relação ao levante em São Borja o relato do chefe de polícia afirma que na noite de 28 para 29 de outubro foram presos pelos rebeldes o capitão Leopoldo Almada e o coronel Eulálio Franco. Destaca que o levante foi liderado pelo tenente Siqueira Campos e o capitão do regimento Ruy Zubaran, auxiliados pelo capitão Luiz Delmont e pelos tenentes Aníbal Benévolo, Oscar Waldetaro, Sandoval Cavalcanti, Carlos Abreu dos Santos Paiva, João Evangelista Pinto da Costa e Álvaro Pinto, todos pertencentes ao regimento local. Além deles, também tomou parte o civil Dinarte Rey Dornelles. Destaca que o capitão Zubaran assumiu o comando militar e Dinarte Dornelles o comando civil, assim como aconteceu em Uruguaiana. Também alega a existência de saques, incêndios e depredações provocados pelos rebeldes⁴⁰.

Armando Azambuja também relatou sobre a tentativa do efetivo revolucionário de tomar Itaqui no início de novembro, salientando a resistência legal empreendida pelo 1º Grupo de Artilharia a Cavalos. Afirma que tanto o efetivo de Uruguaiana comandado por Juarez Távora quanto de São Borja auxiliado pelo 1º Batalhão Ferroviário de Santo Ângelo, deslocado para a região e comandado pelo tenente Mário Portela Fagundes, tentaram tomar Itaqui. Azambuja enaltece a participação de Osvaldo Aranha e de grupos civis auxiliando as forças legais no combate aos revolucionários de São Borja, Uruguaiana e Santo Ângelo.

Após as tentativas frustradas de tomar e estabelecer bases em Alegrete e Itaqui, as tropas rebeldes tiveram de se rearticular em São Borja. Luiz Carlos Prestes e Mário Portela Fagundes, líderes do movimento em Santo Ângelo, que haviam se deslocado da região das missões para dar suporte aos comandados de Siqueira Campos e Aníbal Benévolo, participaram das decisões de reagrupar os soldados que restavam dos quartéis rebelados.

39 Chefatura de Polícia do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 12 de setembro de 1925. Relatório encaminhado pelo Chefe de Polícia Armando Azambuja ao Procurador Seccional da República no Rio Grande do Sul acerca do movimento revolucionário de 1924. v. 1, p. 22. Arquivo da Justiça Federal, Seção judiciária do Rio Grande do Sul.

40 Idem, p. 26.

João Alberto Lins de Barros (1997, p. 47), afirma que no encontro que teve com Prestes em São Borja se expôs a situação de vários oficiais demonstrarem interesse em encerrar a resistência e emigrar para a Argentina, o que acabou por se confirmar. Porém, também destaca a determinação do jovem oficial em continuar o movimento, desta vez concentrando forças em São Luiz Gonzaga na região das missões.

Conforme Anita Prestes (1991, p 131), em meados de novembro o único bastião revolucionário organizado no Rio Grande do Sul concentrava-se em São Luiz Gonzaga sob o comando de Luiz Carlos Prestes. Sendo pressionados por efetivos legais do governo do Estado, os rebeldes passaram a empreender marcha em direção ao Paraná onde estava o efetivo paulista do movimento resistindo desde a retirada de São Paulo no final de julho. Na passagem do Rio Grande do Sul para Santa Catarina em janeiro de 1925 o efetivo rebelde que havia se levantado em outubro contava com militares e civis em seu corpo revolucionário. Entretanto, já não dispunha da participação de lideranças da Aliança Libertadora que haviam aderido ao movimento meses antes.

Os destacamentos da coluna gaúcha estavam sob o comando direto dos militares. Luiz Carlos Prestes era o comandante geral das forças, enquanto Siqueira Campos, João Alberto Lins de Barros, Osvaldo Cordeiro de Farias, Aristides Correa Leal e Ary Salgado Freire comandavam os destacamentos e regimentos que compunham as tropas.

Em janeiro de 1925, os revoltosos deixavam o Rio Grande do Sul com o governo vangloriando-se de ter expulsado os rebeldes, fabricando uma imagem de permanente fuga e derrota dos insurgentes. Para Anita Prestes (1991, p. 154), ao apresentar essa imagem deturpada da situação real dos rebeldes, o governo pretendia desencorajar novas tentativas de levante, bem como representar o movimento perante a opinião pública como sedicioso e subversivo.

CONCLUSÃO

O movimento tenentista da década de 1920 foi o responsável não apenas por promover movimentos insurgentes no seio das Forças Armadas e expor as contradições do sistema político e eleitoral do Brasil republicano, mas também teve uma influência significativa sobre os destinos políticos do país, colaborando com o colapso da Primeira República em 1930, especialmente porque muitos militares que estiveram presentes nas revoltas de 1922 e 1924 participaram do movimento que levou Getúlio Vargas ao poder.

Buscamos nesse texto expor como se desenvolveram as revoltas te-

mentistas de 1922 e 1924, principalmente, no que se refere ao desencadeamento do movimento insurrecional em outubro de 1924, no Rio Grande do Sul. Militares e civis ligados a Aliança Libertadora foram os responsáveis diretos por protagonizar as ações em oposição aos governos estadual e federal.

Dessa forma, é possível concluir que, enquanto os interesses dos militares estavam mais direcionados a contestação da estrutura de forças e o sistema político organizado a nível nacional, as atenções dos civis da Aliança Libertadora eram direcionadas a oposição ao governo de Borges de Medeiros, resquícios das disputas eleitorais locais de 1922 e dos combates armados de 1923. Não seria precipitado afirmar que a adesão dos civis gaúchos a insurreição dos militares teve mais a ver com seus interesses locais do que com os interesses a nível nacional do movimento tenentista.

Como podemos demonstrar ao longo do texto através da exposição e análise das notícias veiculadas pelos jornais *Correio do Povo* e *Correio da Serra*, além do relatório do delegado Chefe de Polícia do Estado Armando Azambuja, a atenção da imprensa e das autoridades gaúchas estavam significativamente voltadas para a participação dos civis da Aliança Libertadora nas ações rebeldes desencadeadas pelos militares. Neste contexto, preocupar-se com a participação de Assis Brasil, Honório Lemes, Zeca Netto e outras aliancistas, assim como representar o movimento como sedicioso, subversivo e atentatório contra a ordem constitucional foi uma estratégia das autoridades legais, supervisionado e valendo-se do estado de sítio e da censura à imprensa como forma de exercer seu controle.

O resultado direto das insurreições de julho e outubro de 1924 em São Paulo e no Rio Grande do Sul foi a unificação dos efetivos rio-grandenses e paulistas, a partir de março de 1925 na região de Foz do Iguaçu no Paraná. A partir desta união, o efetivo rebelde passou a empreender marcha pelo Brasil chegando a adentrar o território do Paraguai.

Quase dois anos depois, em fevereiro de 1927, após mais de vinte mil quilômetros de marchas e combates com tropas governistas, os líderes da Coluna resolveram buscar novos caminhos para o movimento. O presidente do país já era Washington Luís e o comando da Coluna percebeu que os problemas brasileiros eram bem mais complexos. Terminava em Santa Cruz de La Sierra a marcha da Coluna Prestes, movimento que teve em seu processo de formação a participação de jovens oficiais do Exército insatisfeitos com os destinos políticos do país e civis gaúchos insatisfeitos com os destinos políticos do Rio Grande do Sul.

REFERÊNCIAS

- ARAGÃO, Isabel. *Da caserna ao cárcere: uma identidade militar-rebelde construída nas prisões (1922-1930)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.
- ARNALDO Mello e Julio Ruas. *Correio da Serra*, Santa Maria, n. 1893, 23 ago.1924.
- BARROS, João Alberto Lins de. *A marcha da Coluna*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1997.
- BEIGUELMAN, Paula. *Pequenos estudos em ciência política*. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1973.
- CARONE, Edgar. *O Tenentismo: acontecimentos – personagens – programas*. São Paulo: Difel, 1975.
- CHEFATURA de Polícia do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 12 de setembro de 1925. *Relatório encaminhado pelo Chefe de Polícia Amando Azambuja ao Procurador Seccional da República no Rio Grande do Sul acerca do movimento revolucionário de 1924*. v. 1, p. 17-18. Arquivo da Justiça Federal, Seção judiciária do Rio Grande do Sul.
- CORRÊA, Anna. Maria Martinez. *A rebelião de 1924 em São Paulo*. São Paulo: HUCITEC, 1976.
- DRUMMOND, José Augusto. *O movimento tenentista: a intervenção política dos oficiais jovens (1922-1935)*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.
- FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e política: tenentismo e camadas médias urbanas na crise da primeira república*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- LEVANTE militar. *Correio do Povo*, Porto Alegre, n. 262, 31 out.1924.
- LEVANTE militar. *Correio do Povo*, Porto Alegre, n. 261, 30 out.1924.
- MAESTRI, Mário. *Breve história do Rio Grande do Sul: da pré-história aos dias atuais*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2010.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom; BIAZO, Glauber Cícero Ferreira. *O retorno de Luiz Carlos Prestes a Santo Ângelo*. Santo Ângelo: Ediuri, 2002.
- MOVIMENTO sedicioso em São Paulo. *Correio do Povo*, Porto Alegre, n. 172, 18 jul. 1924.
- MOVIMENTO Sedicioso. *Correio do Povo*, Porto Alegre, n. 255, 23 out. 1924.

- OS GRAVES sucessos de São Paulo. *Correio do Povo*, Porto Alegre, n. 168, 13 jul. 1924.
- OS GRAVES sucessos de São Paulo. *Correio do Povo*, Porto Alegre, n. 169, 15 jul. 1924.
- OS GRAVES sucessos de São Paulo. *Correio do Povo*, Porto Alegre, n. 174, 20 jul. 1924.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Borges de Medeiros*. Porto Alegre: IEL/DIVERGS, 1990.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.
- PRESTES, Anita Leocádia. *A Coluna Prestes*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- PRESTES, Anita Leocádia. *A Coluna Prestes*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- PRESTES, Anita Leocádia. *Luiz Carlos Prestes: um comunista brasileiro*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- PRESTES, Anita Leocádia. *Os militares e a reação republicana: as origens do tenentismo*. Petrópolis, 1993.
- PRESTES, Anita Leocádia. *Uma epopéia brasileira: a coluna Prestes*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1995.
- A PRISÃO do nosso redactor-chefe e de Julio Ruas. *Correio da Serra*, Santa Maria, n. 1865, 19 jul. 1924.
- A PRISÃO do nosso redactor-chefe. *Correio da Serra*, Santa Maria, n. 1886, 15 ago. 1924.
- REIS, Daniel. Aarão. *Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- SAES, Décio. *Classe média e política na primeira república brasileira (1889-1930)*. Petrópolis: Vozes, 1975.
- SANTAROSA, Virgínio. *O sentido do tenentismo*. Rio de Janeiro: Schmidt Editor, 1933.
- SILVA, Hélio. 1922: sangue na areia de Copacabana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
- TÁVORA, Juarez. *Juarez Távora: uma vida e muitas lutas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1973.